

# Tendenciosidades na Base Curricular obrigatória

**PEDRO FLEXA  
RIBEIRO**

*Diretor do Colégio Andrews*



As polêmicas sobre a tendenciosidade no ensino têm sido frequentes. Desde algum tempo, houve quem identificasse uma tendência excessivamente ideológica em certas questões das provas do Enem. Um movimento propõe blindar o ensino contra esse risco através de uma “escola sem partido”. As denúncias sempre foram negadas pelo MEC e também por professores que entendem ser vã e ilusória a possibilidade de um ensino “neutro”: algum viés ideológico sempre existiu e existirá. A função da escola seria justamente preparar o jovem para identificar e lidar com esses atravessamentos, qualquer que seja sua natureza.

Mais recentemente, o MEC trouxe a público a sua proposta para a Base Nacional Comum Curricular. Embora o documento tenha suscitado muitas críticas, teve certamente o mérito de deixar claro o viés do governo. O documento oficial não poderia ter sido mais explícito acerca da orientação ideológica que se pretende impor como obrigatória a todas as escolas. O episódio confirma que, para exercer o controle do ensino em todo o país, o atual governo pretende usar dois caminhos complementares: de um lado, impondo uma base obrigatória (BNCC), de outro, usando para o mesmo fim as avaliações em lar-

ga escala. Desde os anos 1990 – ainda na gestão FHC/ Paulo Renato –, o governo empenhou-se em desenvolver um vasto sistema de avaliação composto por exames complementares: Prova Brasil, Saeb, Enem e Enad. O entrecruzamento desses diferentes exames cobre o sistema de ensino em todos os seus níveis, o que é pertinente e necessário para o salto de qualidade de que o país precisa. Mas torna-se cada vez mais evidente que, uma vez no poder, o PT passou a manobrar o sistema de avaliação existente com a intenção de promover uma “revolução cultural”. A Base Comum obrigatória, agora proposta, vem apenas completar o processo em curso.

O prazo oficial para que professores e sociedade em geral se manifestassem acerca da Base obrigatória foi curto: encerrou-se no dia 15 de março. Como contribuição para o debate, seguem algumas ponderações.

Toda ação educativa pressupõe um sentido político, seja ele explícito ou não. A pretensão de se blindar o ensino contra tendenciosidades é de fato equivocada e vã. Não existe ensino neutro. À nossa revelia, sempre somos atravessados por alguma tendência, dessa ou daquela corrente. Cada professor e cada escola ensina de acordo com sua crença, professa e transmite aquilo em que

acredita. A qualidade da aula depende da autenticidade e do entusiasmo do professor. É insano pretender tolher isso.

A qualidade do sistema de ensino decorre da sua diversidade. As famílias têm capacidade de discernir que tipo de ensino querem para seus filhos. Para essa escolha, elas precisam de informações claras. Elas têm o direito de conhecer, previamente, o Projeto Educativo de cada escola: quais são os valores, princípios em que se apoiam suas práticas. Cada escola responde por aquilo que ensina e transmite aos alunos. É seu dever explicitar previamente os pressupostos teóricos, fundamentos e perspectivas pelos quais orienta o

seu trabalho: sua concepção de Homem, de sociedade e de futuro a ser construído. A clareza desse anúncio é necessária para que tanto as famílias quanto os professores possam reconhecer os Projetos Educativos com os quais se identificam, de forma genuína e autêntica. Trata-se de uma prestação de contas devida por cada escola, que, em última instância, responde pelo trabalho que realiza: tanto por seus resultados, como também pela trajetória e ambiente escolar que proporciona e pelos valores que propõe.

É legítimo que cada família busque para seus filhos o ensino que melhor complemente as aspirações que nutre acerca de sua educação. Quanto mais variado for o leque de opções ao seu alcance, melhor atendida estará a sociedade. Por isso, é desejável que cada Projeto Educativo

possa desenvolver-se em sua plenitude, assumindo a sua identidade e vocação, seja ela religiosa, cultural, político-ideológica ou de qualquer outra natureza. Convém à sociedade e à democracia que prolifere no país a mais diversa variedade de correntes e opções.

Toda a discussão sobre a Base pode ser entendida como um avanço do governo sobre e contra essa liberdade. Afinal, o que quer que venha a ser estabelecido como “comum” será também obrigatório. Portanto, será imposto às escolas e às crianças de todas as famílias, qualquer que seja seu credo, religião, concepção de vida, valores, perspectivas... A ficha corrida do atual governo dá plenas razões

---

***“Não faz sentido limitar a possibilidade de cada escola desenvolver seu currículo de acordo com sua vocação e identidade institucional”***

---

e justifica o diagnóstico desse tipo de risco. Ao que tudo indica, a intenção, de fato, é moldar o pensamento das novas gerações de brasileiros, a partir de uma perspectiva arbitrada como desejável.

As discussões sobre currículo sempre têm implicações naquilo que a escola tem de mais precioso e escasso: o uso do tempo, a carga horária de alunos e professores. Por isso, o grau de liberdade deixado para cada escola desenvolver o seu Projeto aumenta na medida em que a base comum for contida. Quanto mais detalhada for a base obrigatória, maior ela será, mais tempo e

carga vai demandar, e menor será a margem deixada para cada instituição desenvolver a sua vocação específica. Assim, diante da necessidade de se estabelecer um currículo comum, o cuidado a ser tomado é o de restringir a base obrigatória ao que for de fato o mínimo necessário e fundamental. Por isso, uma sugestão seria a de que nessa obrigatoriedade fossem detalhados, sobretudo, os programas de disciplinas de fato essenciais para brasileiros de todos os rincões: a Língua Portuguesa e a Matemática.

Não faz sentido limitar a possibilidade de cada escola desenvolver seu currículo de acordo com sua vocação e identidade institucional. O

desejável é que o governo se abstenha de pretender uma tutela universal sobre todas as escolas do país e volte suas energias para assegurar a qualidade na escola oficial, essa sim, de sua responsabilidade. Quanto ao mais,

confiemos na capacidade de discernimento das famílias, da sociedade e, sobretudo, no compromisso e competência profissional dos professores: como educadores e como cidadãos, eles saberão o que fazer e como conduzir as suas aulas. Por fim, convém retomar: a liberdade de ensino não se refere apenas a prerrogativas de escolas e educadores: é um direito das famílias e da sociedade como um todo, um fator promotor de liberdade de pensamento e da própria democracia. Por isso mesmo, um patrimônio a ser cuidado e preservado contra esse tipo de investida.